

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

MUDANÇA ESTRUTURAL NA COPASA É ACOMPANHADA DE PRESSÃO E ASSÉDIO MORAL CONTRA TRABALHADORES

Os trabalhadores vivem na Copasa um clima de pânico, depois que a direção da empresa divulgou as alterações em sua estrutura orgânica, com extinção de diretorias, de cargos de chefias de departamentos e redução dos cargos gerenciais de 201 para 145. O Sindicato recebeu centenas de telefonemas de trabalhadores com o anúncio de extinção de distritos e respectivas unidades agregadas aos departamentos. Estas mudanças foram ainda mais traumáticas porque os trabalhadores não receberam nenhuma informação sobre os impactos e como seria esta mudança.

Marcamos imediata reunião com a presidenta da Copasa, Sinara Meireles, que recebeu o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, no último dia 17, para que relatássemos a extrema preocupação dos trabalhadores com as mudanças intempestivas, exatamente no mesmo momento em que a empresa lançava um Plano de Desligamento Voluntário Individual (PDVI). Os trabalhadores manifestaram toda a sua insegurança com dois processos concomitantes, um que estimula o desligamento voluntário e um outro em que colocou os trabalhadores «em trânsito» parecendo que a empresa está desmanchando, com ameaças aos postos de trabalho pela reforma administrativa.

Manifestamos à presidenta da empresa nossa profunda preocupação com a reforma da estrutura, sem que reponha postos de trabalho e com o remanejamento de trabalhadores sediados e que residem em distritos extintos. Exigimos respeito aos seus direitos contratuais, que seja respeitado direito de escolha de localidades para remanejamento, que a empresa arque com despesas de mudança, bem com um período de adaptação.

Denunciamos que trabalhadores vêm recebendo assédio de chefias, sendo colocados em trânsito sem qualquer justificativa aceitável, sendo apenas informados que suas funções

não serão mais necessárias para atender uma política de economia de custos, prejudicando companheiros que têm história na construção desta empresa com uma vida inteira de dedicação.

A presidenta Sinara Meireles alegou que as alterações visam tornar a empresa “mais eficiente e com um custo mais competitivo, que o PDVI está sendo implantado como várias outras políticas similares já realizadas no passado”. Apesar das suas alegações de mudanças para tornar a empresa “mais ágil”, Sinara afirmou que iria apurar a informação de que trabalhadores estariam sendo colocados à disposição da unidade de Recursos Humanos e que não existe nenhuma decisão de demitir fazer qualquer pressão para transferir empregados sem que haja o respeito aos direitos adquiridos”. O SINDÁGUA reafirmou seu posicionamento radicalmente contrário ao modo como os trabalhadores estão sendo tratados.

A direção do sindicato esteve também com a Superintendente de Recursos Humanos, Lucia Aguiar, que nos informou estarem sendo realizadas consultas sobre a estrutura necessária para a unidade funcionar, quais os funcionários necessários e se, por ventura, existem empregados desnecessários, pois outras unidades operacionais estão necessitando e podem ser remanejados. Entretanto, isso somente iria acontecer após a conclusão do PDVI, onde serão realizados os levantamentos dos cargos vagos e necessidade de reposições. A seguir serão respeitadas as vontades expressas dos trabalhadores, aqueles que tem interesse de trabalhar numa localidade mais próxima à sua residência, mudar para alguma localidade do interior onde existe a vaga, bem como alguma função que o mesmo domine e que não teve oportunidade. Informou também que as unidades de recursos humanos irão estudar, caso a caso, e só depois irá convocar os trabalhadores em trânsito, mas que os mesmos continuaram nas suas unidades até serem realocados.

VAMOS DENUNCIAR QUALQUER PRESSÃO

Orientamos todos os companheiros a comunicarem imediatamente ao sindicato qualquer forma de pressão ou assédio. Em poder de quaisquer formas documentais que comprovem tais formas condenáveis de pressão e assédio moral vamos abrir os processos contra estas chefias, denunciar a empresa em todas as instâncias como Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que o direito e o respeito aos trabalhadores sejam resguardados.



MAIS UMA VITÓRIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CASSA LICITAÇÃO EM UBÁ

Após uma ação conjunta do jurídico da Copasa e do SINDÁGUA, com mobilização de trabalhadores e da população no município, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE) concedeu liminar para a suspensão cautelar do processo de licitação aberto pela Prefeitura de Ubá para credenciar um novo prestador para os serviços de saneamento naquela cidade.

A liminar concedida pelo TCE levou em consideração várias irregularidades e contradições do edital de licitação aberto pelo Executivo Municipal, que ferem a Lei

8.666/93. Uma das questões levantadas é que o contrato estabelecido pelo município com a Copasa previa a obrigação de indenizar a empresa pela reversão dos bens utilizados no serviço de água e esgotamento sanitário. O edital é traduzido ainda por vários erros que restringem a participação de interessados no processo licitatório.

Com a decisão do TCE evita-se também que um serviço público caia nas mãos de empresas investigadas pelo Polícia Federal na "Operação Lava Jato" e se preparavam para participar do processo licitatório em Ubá.



Serviços essenciais de água não é encher cofres privados

POPULAÇÃO QUER MANTER A COPASA NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Uma enquete realizada e veiculada pela Rádio Educadora, de Ubá, registrou que 80% dos entrevistados apoiam a manutenção dos serviços de saneamento no município com a Copasa. A população se mostrou esclarecida sobre os investimentos realizados pela empresa no município, como também reconhece o grande esforço para superar a crise hídrica que se abate sobre todo o Sudeste. Mostrou ainda muito preocupada com a ameaça de uma empresa privada assumir um serviço público essencial, que precisa de investimentos dos governos do Estado e Federal, sendo que o maior interesse da privatização é o lucro, contra qualquer postura ou sensibilidade social.

O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, comemora a decisão do TCE como uma

postura de defesa da legalidade e que repercute na defesa dos interesses sociais, sobretudo os mais pobres dentro da população. "A água não pode ser transformada em artigo de luxo, de forma a conseguir matar a sede apenas quem tenha altos salários e condenando os pobres as doenças por falta de melhores condições sanitárias. Comemoramos a defesa dos serviços essenciais como responsabilidade pública", afirma José Maria.

O Sindicato cumprimenta principalmente aos trabalhadores em Ubá, que enfrentaram esta adversidade com cabeça erguida, «vestindo a

camisa» e defendendo com a paixão de quem se dedicaram uma vida inteira pela empresa, com empenho e competência pela qualidade dos serviços. Um exemplo que precisa ser valorizado.



20 de Novembro Dia da Consciência Negra



O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de Novembro em todo o país. A data homenageia o Zumbi, um escravo que foi líder do Quilombo dos Palmares. Zumbi morreu em 20 de Novembro de 1695.

No dia da Consciência Negra o objetivo é fazer uma reflexão sobre o relevo da cultura e do povo africano e o impacto que tiveram na evolução da cultura brasileira. Sociologia, política, religião e gastronomia entre várias outras áreas, foram profundamente influenciadas pelas culturas negra e africanas. É dia de comemorar e mostrar profundo apreço pela cultura afro-brasileira.

O Dia da Consciência Negra foi estabelecido pelo projeto Lei nº 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003. No entanto, apenas em 2011 a presidente Dilma Roussef sancionou a Lei 12.519/2011 que cria a data, sem obrigatoriedade de feriado.